



**Lei nº: 1.361, de 23 de Abril de 2013.**

**Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de São Miguel dos Campos e dá outras providências.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Fica o Executivo Municipal autorizado, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social no Município de São Miguel dos Campos, a criar o Programa de Desenvolvimento Integrado – PDI.

**Art. 2º.** São objetivos específicos do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de São Miguel dos Campos:

I - propiciar incentivos locacional, fiscal e infra-estrutural visando a expansão, a diversificação e a modernização dos setores industrial, comercial, turístico, cultural e de base tecnológica;

II - promover a difusão e a implantação de programas de qualidade total e de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos;

III - fomentar a implantação de indústrias de transformação de matérias primas disponíveis ou produzidas em Alagoas e/ou em outra região;

IV - promover o desenvolvimento de programas visando o crescimento sustentável, com controle da poluição e a preservação do meio ambiente;

V - estimular a implantação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, através da concessão de incentivos fiscais, e de outros mecanismos capazes de proporcionar condições favoráveis a ampliação deste segmento da economia;

VI - incentivar a implantação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos, além da adoção de novas técnicas de gestão;

VII - conceber e executar outras ações voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico do Município de São Miguel dos Campos;

VIII – promover a qualificação e formação da mão-de-obra local.



IX – incentivar a criação de empregos utilizando mão-de-obra local.

**Art. 3º.** O Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de São Miguel dos Campos será administrado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

**Art. 4º.** A concessão dos incentivos de que trata esta Lei será regulamentado através de decretos do executivo.

**Art. 5º.** Não se concederão os benefícios previstos nesta lei a empresas que tenham restrições cadastrais, que se encontrem em situação irregular perante o Fisco Municipal, Estadual e Federal, ou deixem de atender aos demais requisitos legais requeridos para habilitação.

## **CAPÍTULO II** **DA MODALIDADE DOS INCENTIVOS**

**Art. 6º.** O Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de São Miguel dos Campos propiciará as seguintes modalidades de incentivos:

### **I - INCENTIVOS LOCACIONAIS:**

a) locação, doação com encargos, venda subsidia e/ou permuta de terrenos, galpões e equipamentos industriais, comerciais, culturais e/ou turísticos, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com destinação específica voltada para implantação, ampliação ou realocação de empreendimentos, concedidos, quando for o caso, a preços subsidiados e condições especiais de pagamento;

### **II - INCENTIVOS FISCAIS:**

a) Redução da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, incidente sobre o imóvel destinado ao funcionamento da sede ou filial do empreendimento;

b) Redução da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

**Parágrafo primeiro:** A alíquota do ISSQN incidente sobre os serviços de instalação e montagem de equipamentos, relacionados diretamente com a implantação de novo parque industrial ou tecnológico, passa a ser de 2% (dois por cento);

**Parágrafo segundo:** Ficam expressamente excluídos da hipótese e alíquota previstas no parágrafo anterior os serviços de remontagem, reinstalação, revisão ou reforma de equipamentos pertencentes a parques e plantas industriais já instaladas quando da publicação desta lei.

**Parágrafo terceiro:** A redução de alíquota prevista no parágrafo primeiro deste Artigo Sexto valerá também para os prestadores de serviços que atuarem diretamente na montagem e/ou instalação de equipamentos em nova planta industrial de empresa sujeita ao regime especial previsto nesta lei, ficando tais prestadores obrigados a requerer da Secretaria Municipal de Administração e Finanças a concessão do regime próprio de incentivos desta lei, nos termos a serem regulamentados através de decreto.





**Parágrafo quarto:** A empresa que instalar nova planta industrial, nos termos desta lei, fica obrigada a realizar a retenção na fonte do ISS dos prestadores de serviços que usufruírem da redução de ISSQN prevista nesta lei, em regime de substituição tributária.

### III – OUTROS BENEFÍCIOS:

a) Será concedida redução da base de cálculo de até 50% (cinquenta por cento) nos tributos, de responsabilidade do município, exceto o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

**Parágrafo Primeiro.** A alíquota incidente sobre a operação, a título de benefício fiscal, levará em consideração a geração de emprego do empreendimento, observado a seguinte proporção:

- a) até 15 empregados: 10% (dez por cento);
- b) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento);
- c) de 31 a 50 empregados: 40% (quarenta por cento);
- d) a partir de 51 empregados, 50% (cinquenta por cento)

**Parágrafo Segundo:** É vedada a utilização cumulativa dos benefícios previstos nesta Lei, com qualquer outro benefício previsto em nível municipal, no âmbito dos tributos atingidos por esta lei.

## CAPÍTULO III DO PERÍODO DE FRUIÇÃO DOS INCENTIVOS

**Art. 7º.** O período de fruição dos incentivos dispostos no artigo anterior será de 15 (quinze) anos, desde que cumpridas às exigências desta Lei.

## CAPÍTULO IV DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

**Art. 8º.** O interessado na concessão dos benefícios previstos nesta lei deverá apresentar seu pedido a Secretaria de Administração e Finanças, instruídos com os seguintes documentos:

- a) requerimento dos benefícios;
- b) projeto de implantação do empreendimento;
- c) fotocópia autenticada dos atos constitutivos da empresa e posteriores, devidamente registrados nos órgãos competentes e dos documentos de identificação das pessoas físicas sócias do empreendimento;
- d) certidão negativa de débitos perante a fazenda municipal, estadual. É vedada a utilização cumulativa dos benefícios previstos nesta Lei, com qualquer outro benefício previsto em nível municipal, no âmbito dos tributos atingidos por esta lei;
- e) certidão negativa de débitos perante a fazenda municipal, estadual e federal da pessoa jurídica e das pessoas físicas sócias do empreendimento;

*Handwritten signature in blue ink.*



- f) estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento;
- g) licença ambiental do empreendimento ou do protocolo do pedido da licença ambiental em caso de empresa empreendimento em implantação;
- h) outras licenças inerentes ao projeto;
- i) apresentação do cronograma físico e financeiro de implantação do projeto;
- j) manifestação, por escrito, do conhecimento desta Lei, aceitando-a em todos os seus termos e efeitos;

## **CAPÍTULO V**

### **DA PERDA DOS INCENTIVOS**

**Art. 9º.** O empreendimento perderá os benefícios desta Lei se, antes de decorridos 10 (dez) anos do início das atividades, ocorrer qualquer das situações abaixo descritas:

- a) paralisar, por mais de 120 (cento e vinte) dias ininterruptos, as atividades, sem motivo justificado e devidamente comprovado;
- b) reduzir a oferta de empregos em 2/3 (dois terços) dos empregados existentes, sem motivo justificado;
- c) deixar de cumprir com as obrigações principais e acessórias relativas aos tributos municipal;
- d) prestar declarações falsas a respeito de suas atividades, operações ou movimentação econômica ou financeira, com o intuito de enquadrar-se ou manter-se enquadrada na sistemática desta Lei;
- e) deixar de emitir nota fiscal nas operações que realizar;
- f) causar embaraço à Fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos fiscais ou pela resistência ao acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer local onde se desenvolvam as atividades ou se encontrem mercadorias de sua posse ou propriedade;
- g) praticar outros ilícitos além dos especificados nos incisos anteriores, que venham a caracterizar crime contra a ordem tributária;
- h) não está em dia com as obrigações previstas na legislação ambiental.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 10.** A fiscalização para controle das condições estabelecidas nesta Lei será realizada periodicamente pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que poderá, quando achar necessária, realizar visitas de inspeção e solicitar da empresa a apresentação de relatórios anuais e documentos comprobatórios do atendimento das exigências legais.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 11.** Caberá à empresa beneficiada o cumprimento das demais legislações pertinentes, especialmente as de proteção ao meio ambiente, ficando obrigada ao tratamento de resíduos industriais.

**Art. 12.** Os benefícios concedidos às empresas, na conformidade desta Lei, poderão ser transferidos pelo prazo que lhe restar, a seus sucessores legais mediante requerimento a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e a critério desta.

*[Handwritten signature in blue ink]*





Estado de Alagoas  
**Câmara Municipal de São Miguel dos Campos**  
Gabinete do Prefeito

---

**Art. 13.** O empreendimento contemplado com os benefícios previstos nesta Lei terá obrigatoriedade que dar início às obras de construção no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, da data de aprovação do projeto pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, não podendo a sua execução ser superior a 30 (trinta) meses, podendo este prazo ser prorrogado por até 180 dias, a critério da Administração.

**Art. 14.** Fica o Poder Executivo autorizado a baixar todos os regulamentos e normas necessários à execução do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de São Miguel dos Campos, inclusive no que se refere às competências dos órgãos e entidades envolvidos, aos critérios e limites aplicáveis à concessão dos incentivos previstos em suas diferentes formas, até os limites máximos estabelecidos nessa lei, quando aplicável.

**Art. 15.** Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São Miguel dos Campos, AL, 23 de Abril de 2013.

  
**George Clemente Vieira**

**Prefeito**

*Certifico que a presente Lei foi Publicada no Mural afixado no átrio da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos/AL, situada na Av. Dep. Diney Torres, s/n, Bairro Geraldo Sampaio, São Miguel dos Campos, Alagoas, para conhecimento dos munícipes, conforme determina o art. 37 da Constituição Federal.*

São Miguel dos Campos, AL, 23 de Abril de 2013.

  
**Isa Maria Barros de Magalhães**

**Secretária Municipal de Administração e Finanças**